

# O SINDICALISMO BRASILEIRO EM DISPUTA NOS ANOS DE 1990: ORIGEM, RAÍZES SOCIAIS E ADESAO ATIVA DA FORÇA SINDICAL AO NEOLIBERALISMO

*Patrícia Vieira TRÓPIA\**

**RESUMO:** Este artigo analisa a origem, as raízes sociais e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo. A Força Sindical nasceu da confluência de duas correntes de direita atuantes no sindicalismo: o peleguismo tradicional e o “sindicalismo de resultados”. Estas duas correntes se uniram quando o primeiro governo neoliberal chegou ao poder no Brasil no início de 1990, fundando, então, a Força Sindical. A Força Sindical, por representar sindicatos do setor privado industrial, majoritariamente, encontrou eco para as propostas neoliberais e para aspectos da ideologia neoliberal, sobretudo a crítica difusa aos direitos do funcionalismo público. A central apoiou ativamente as políticas de privatização, desregulamentação das relações de trabalho e redução de gastos sociais, constituindo-se, assim, como força social ativa dos governos neoliberais na década de 1990.

**PALAVRAS CHAVE:** Neoliberalismo. Força Sindical. Sindicalismo.

## Introdução

Quando a Força Sindical surgiu no cenário brasileiro, em março de 1991, combatendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), opondo-se à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e defendendo no plano político a adoção de políticas de cunho neoliberal, alguns estudiosos ponderaram naquela ocasião: que futuro teria uma central, enraizada no setor privado, justamente em uma conjuntura de avanço do sindicalismo do setor público e dos trabalhadores rurais? (RODRIGUES; CARDOSO, 1993). Esta dúvida procedia, pois que, em seu Congresso de Fundação, a Força Sindical reuniu, basicamente, delegados de sindicatos de trabalhadores urbanos manuais – em contraste com a reduzida presença de funcionários públicos e de

---

\* UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais – Departamento de Ciências Sociais. Uberlândia – MG – Brasil. 38400-902 – tropia@uol.com.br

trabalhadores rurais. Mesmo considerando a vitória de Collor e do projeto neoliberal ao final de 1989, o destaque alcançado na mídia pelo “sindicalismo de resultados” na segunda metade dos anos 80, bem como os recursos financeiros recebidos e as estratégias de marketing adotadas, era difícil prever que, em apenas uma década, a Força Sindical se tornaria “a central que mais cresce no Brasil”<sup>1</sup>.

Originalmente, o projeto da Força Sindical era ambicioso: pretendia tornar-se a principal central sindical do País, disputar a hegemonia do sindicalismo com a CUT, derrotar as iniciativas progressistas e populares, bloquear a luta de resistência do movimento sindical ao modelo neoliberal e mudar as relações de trabalho e a “mentalidade” do trabalhador. Para alcançar estes objetivos, a central defendia a modernização da economia e das relações de trabalho, a parceria entre capital e trabalho e o combate ao “sindicalismo de confronto”. Uma análise retrospectiva mostra-nos que nem todos estes objetivos se realizaram. A CUT manteve-se como a maior e a mais importante central sindical brasileira e a CGT sobreviveu<sup>2</sup>. Porém, a Força Sindical fortaleceu seu projeto conservador, conquistou importantes sindicatos na base cutista – entre os quais merece destaque o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda -, constituiu-se como força social ativa dos governos neoliberais na década de 1990 e construiu uma “máquina” sindical, cuja importância pode ser dimensionada pelo seu crescimento político e financeiro<sup>3</sup>.

Nosso objetivo neste artigo é analisar a origem, as raízes sociais e a atuação da Força Sindical frente às políticas neoliberais implementadas nos anos de 1990. Sem uma análise profunda da Força Sindical não há como entender as disputas e os rumos do sindicalismo brasileiro desde então.

## **A origem da Força Sindical – processo de constituição de uma frente conservadora no sindicalismo brasileiro**

Na segunda metade dos anos de 1980, o cenário sindical brasileiro apresentava-se política e ideologicamente polarizado entre dois campos. De um lado, encontrava-se o sindicalismo combativo e reivindicativo da CUT, nascido da corrente denominada “novo sindicalismo”, corrente que fora responsável pela retomada da luta grevista. De outro lado, estava o sindicalismo de direita, composto por duas correntes: o

---

<sup>1</sup> De acordo com os dados do IBGE (2003), a Força Sindical teria crescido, no período 1992-2001, 187%; a CUT 70% e a CGT 133%.

<sup>2</sup> A CUT é a maior central sindical brasileira. Ela representava, em 2002, 21 milhões de trabalhadores, filiados a 3.187 sindicatos – quase o dobro da Força Sindical (IBGE, 2003).

<sup>3</sup> A Força Sindical representaria, segundo dados divulgados pela central, 14 milhões de trabalhadores (CRESCEMOS....., 2001).

“sindicalismo de resultados” e o peleguismo tradicional – aglutinado em torno da CGT e da União Sindical Independente (USI), ou disperso em inúmeros sindicatos de carimbo sem qualquer filiação.

O sindicalismo combativo, após a criação da CUT, tornou-se a principal força política do movimento popular reivindicativo<sup>4</sup>. A atuação da CUT foi marcada pela participação de suas lideranças na organização de ações de massa contra o modelo econômico implantado no País, pela conquista de inúmeros sindicatos pelegos e por uma prática sindical reivindicativa, agressiva e grevista. A central organizou, na década de 1980, as quatro greves gerais de protesto contra a política econômica e procurou ampliar a participação de segmentos de trabalhadores menos ativos e reivindicativos como comerciários, trabalhadores da indústria têxtil, ferroviários, eletricitários, entre outros, e expandir as greves para regiões com menos tradição sindical (SANDOVAL, 1994; NORONHA, 1991).

Além de protestar contra o modelo econômico implantado no país – através das greves e da recusa a negociar o “pacto social” (MORAES, 1986) -, a CUT formulou uma pauta “positiva” junto a Constituinte. Elegeu deputados, organizou a coleta de assinaturas para a proposição de emendas populares e pressionou os congressistas a votar as propostas mais democráticas e oriundas do campo popular. No plano sindical, a CUT defendia a formação de comissões de fábrica, a democratização dos locais de trabalho e a “liberdade e autonomia sindical”. As lideranças cutistas criticavam a estrutura sindical oficial por seu caráter corporativo, que enfraquecia as lutas e a possibilidade de uma ação de massa do movimento sindical. Pois bem, em uma conjuntura de politização crescente do movimento sindical e de redemocratização da política nacional, a bandeira da “liberdade e da autonomia sindical” e a investida da CUT sobre sindicatos pelegos, apoiando e patrocinando as oposições sindicais, contribuíram para que os setores conservadores saíssem de sua tradicional posição de retaguarda e se reorganizassem.

Embora majoritário na estrutura sindical oficial, o sindicalismo de direita perdera a hegemonia para a CUT. As tendências e lideranças que compunham este campo sindical se esforçaram para barrar ou diluir o avanço do “novo sindicalismo” e o movimento para a criação da CUT – primeiramente, ao dificultar, mas, depois, ao boicotar a realização do I Conclat-83. Foram derrotadas neste *front*. Todavia, a Unidade Sindical e as demais tendências conservadoras rearticularam-se: organizaram seu próprio Conclat e criaram, em 1986, a CGT. A forças que compuseram a CGT rejeitavam a Convenção 87 da OIT e defendiam a manutenção da estrutura sindical oficial, o princípio da unicidade e a organização de uma central composta

<sup>4</sup> Segundo dados do IBGE (2003), em 1988, apenas 19% dos sindicatos brasileiros eram filiados a alguma central (CUT, CGT e USI). Destes, 65% declararam-se filiados à CUT.

exclusivamente por sindicatos oficiais. No plano político, defendiam a proposta de pacto social, uma aliança com a burguesia e a defesa da Assembléia Constituinte. Apesar de “unidos” na defesa da estrutura sindical oficial e no combate à CUT, os sindicatos aglutinados em torno da CGT eram heterogêneos e a central padecia, desde o seu Congresso de Fundação, com as disputas entre as correntes internas. Em uma direção, situavam-se sindicatos tradicionalmente pelegos, de médio e pequeno porte, com pouca ou nenhuma tradição grevista, cujo principal interesse era a manutenção da estrutura sindical e o rechaço ao “novo sindicalismo”. Também amalgamados pela tese da unicidade, encontravam-se os sindicatos vinculados ao PCdoB, PCB e MR8, que, apesar de críticos às posições políticas dos setores mais conservadores, haviam recusado uma composição pró-CUT. Em outra direção, ainda, encontravam-se sindicatos de maior porte, que defendiam o legalismo, mas “sofriam” com a investida das oposições sindicais sobre suas bases. Destes sindicatos saíram os expoentes do “sindicalismo de resultados”, uma corrente que soube combinar, naquela e na conjuntura vindoura, o tradicional conservadorismo político e o apego à estrutura sindical oficial, ao ativismo no plano reivindicativo. Dirigente da CGT estadual (SP), então presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e do SMSP, Luiz Antônio de Medeiros provinha de um sindicato que, desde meados dos anos de 1970, resistia ao avanço da oposição sindical sobre sua base. Pressionado pelo Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP), internamente, e pelo avanço da CUT, no plano nacional, Medeiros, comporia, ao lado de Antônio Rogério Magri, a direção da corrente do “sindicalismo de resultados”, cuja atuação foi decisiva na formação, poucos anos depois, da Força Sindical.

A corrente do “sindicalismo de resultados” começa a ter expressão quando Medeiros assume a presidência do SMSP, em 1986, ao substituir Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão) – que se licenciara para presidir a CGT. Na presidência do SMSP, Medeiros incrementou as lutas junto de sua base; passou a formar, no sítio de Mogi das Cruzes, o que ele mesmo chamou de “nossa tropa”, isto é, delegados sindicais afinados com a direção do sindicato; fechou inúmeros acordos por empresa, aproximando, assim, a direção das reivindicações imediatas dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Tais estratégias refletiam dois objetivos: melhorar as condições salariais dos metalúrgicos e minar, em algumas empresas, o ímpeto e a legitimidade das oposições sindicais. Elas deram novo fôlego à direção do SMSP que, mesmo dividida, ganharia as eleições em 1987.

A vitória de Medeiros, derrotando tanto a chapa composta por dissidentes da antiga diretoria (PCB, PC do B, PDT e uma ala do PT), quanto a chapa composta por representantes do MOMSP (filiados ao PT e à CUT) possibilitou um duplo tento. O primeiro tento foi eleger-se presidente do maior sindicato da América

Latina<sup>5</sup> – vitória que, parece-nos, ter sido decisiva para o campo pelego, abalado com as derrotas para o “novo sindicalismo” e com a reforma do modelo ditatorial de tutela dos sindicatos colocada a efeito pelo Ministro Pazzianotto, a partir de 1985. O segundo tento foi atrair o apoio da burguesia, da imprensa e do governo Sarney com seus discursos (defesa do capitalismo, da negociação e parceria entre capital e trabalho e da adoção dos critérios de mercado na alocação da força de trabalho) e projeto (combate à CUT).

Logo após a vitória nas eleições para a presidência do SMSP, Medeiros avaliara seu êxito: atribuiu a vitória à “sinceridade dispensada à categoria”, bem como à manobra para despartidarizar o sindicato. Em seus discursos durante a campanha mostrara aos metalúrgicos “os excelentes acordos patronais conseguidos” nos meses anteriores e vangloriava-se de ter composto a chapa da situação com membros da base sindical “sem envolvimento político partidário” (PICCOLO, 1987, p.8).

Ainda que eficaz para sua base, este discurso mostrou-se meramente ideológico, à medida que, a partir da vitória eleitoral, Medeiros se tornaria um ativo sindicalista, com expressão política nacional. Ao lado de Magri, passou à condição de interlocutor oficial do governo Sarney e de interlocutor preferencial nas negociações com a burguesia. Medeiros havia mostrado capacidade de derrotar a CUT internamente, justamente em uma conjuntura em que o movimento sindical combativo avançava e os trabalhadores começavam a reagir ao insucesso dos planos de estabilização, minando, assim, as bases do governo Sarney. Por que não conseguiria também vencer a CUT no plano nacional?

Para tanto, os representantes do “sindicalismo de resultados” foram apoiados pela mídia e pelo governo Sarney. Da imprensa escrita, Medeiros ganhou um espaço privilegiado para uma liderança sindical: tinha uma coluna semanal no jornal *Notícias Populares* e concedeu, na época, inúmeras entrevistas aos principais jornais de grande circulação. Medeiros e Magri puderam, assim, difundir a concepção do “sindicalismo de resultados” – um sindicalismo sem confronto, conciliador, de parceria entre capital e trabalho, francamente pró-capitalista e voltado, tão somente, para a conquista de melhorias econômicas. Do governo Sarney, Medeiros recebeu um apoio político decisivo: foi elevado à condição de negociador oficial dos metalúrgicos no pacto social e de presidente da recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) (GIANNOTTI, 1994). Medeiros chegou, inclusive, a ser cogitado para o Ministério do Trabalho naquele ano em substituição a Almir Pazzianotto. Foi, contudo, na condição de presidente da CNTM – portanto, formalmente representante de 108 sindicatos e cinco federações de metalúrgicos -,

---

<sup>5</sup> Segundo dados da RAIS (2008), em 1985, o SMSP teria 316.573 metalúrgicos na base, divididos em 7.131 estabelecimentos.

que Medeiros pôde fazer mais por seu projeto e articular um conjunto de alianças políticas que propiciaram, poucos anos depois, a Força Sindical.

Os sindicatos deveriam abandonar a luta político-ideológica contra a exploração do capital e se constituírem, tão somente, como negociadores do valor da mercadoria força de trabalho. Medeiros (apud DUARTE, 1988, p.30) afirmava que “[...] todo sindicato que se preza faz parte da reprodução capitalista. Por que, qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível”. No sindicalismo “moderno” o que interessa é conquistar melhores salários e diminuir a jornada de trabalho, por meio da negociação direta entre patrões e empregados e, portanto, sem interferência de governos.

Um dos pressupostos do “sindicalismo de resultados” é que a atuação dos sindicatos deve crescer nas mesmas direção e proporção da economia capitalista. Por isso, a sua perspectiva é a da negociação, da parceria entre capital e trabalho, e não a de confronto. A relação entre sindicalismo e capitalismo resulta em benefício de todos, apenas se ambos forem fortes. Quanto mais forte for o capitalismo, melhores serão as condições para a negociação. Medeiros compreendia que os baixos salários deveriam ser combatidos apenas em certas circunstâncias, já que, em um cenário de crise econômica, de baixo crescimento, seria “suicídio” fazer greves e pressionar o patronato, sobretudo com uma “legislação inflexível”. Outro pressuposto é que a economia (reduzida às relações mercantis) seria governada pela lei da oferta e da procura (GIANOTTI, 1994). Quanto maior o crescimento econômico, maiores seriam, para o capital, os lucros e a produtividade e, para os trabalhadores, os resultados.

Ao contrário do discurso apolítico que difundia para a sua base e da perspectiva burguesa que ocultava, Medeiros polarizou o campo político sindical, fortaleceu-se como liderança de direita e passou a atuar na Constituinte, junto ao Centrão, criticando as propostas de estabilidade para os trabalhadores do setor privado, de redução da jornada de trabalho para 40 horas e de reforma agrária. Defendeu a abertura ao capital internacional, a privatização das empresas e serviços públicos e “quanto menos Estado melhor” (GIANNOTTI, 1994, p.44). Propôs, inclusive, a supressão do direito à estabilidade no emprego no serviço público.

O discurso da “modernidade” representou a tentativa mais conseqüente de introdução do *tradeunionismo* de tipo norte-americano no cenário sindical brasileiro. No período pré-64, algumas iniciativas de implantação desta corrente já haviam sido tomadas quando foram criados, nos anos de 1960, o Movimento de Renovação Sindical – que obteve o apoio do SMSP através de seu presidente, Remo Forli (COSTA NETO, 1960; MARTINS, 1989) -, e o Instituto Cultural do Trabalho (GIANOTTI, 1994). Entretanto, foi na conjuntura de ascensão do “novo sindicalismo” na luta

reivindicativa, em um momento em que os setores conservadores resistiam à reforma do modelo ditatorial de gestão do sindicalismo, que o SMSP introduz as orientações e as formas de luta típicas do *tradeunionismo* de tipo norte-americano.

O *tradeunionismo* de tipo norte-americano é uma corrente sindical cuja ideologia e prática dominantes são semelhantes às do “sindicalismo de resultados”. As lideranças da *American Federation of Labor* (AFL) defendiam que o sindicalismo deveria se restringir à luta econômica, à negociação direta com o patronato. Na base da AFL encontravam-se operários qualificados, norte-americanos e brancos, já que estavam excluídos de suas fileiras os trabalhadores não-qualificados, negros e estrangeiros (ASKOLDOVA, 1981). A estratégia de conquista salarial dominante da AFL era a barganha, o que fez com que a Federação se tornasse ativa e reivindicativa, muitas vezes violenta, apesar das greves serem curtas, por empresa e deflagradas na forma de boicote ao patronato<sup>6</sup>. A procedência da luta econômica, defendida pela sua principal liderança, Samuel Gompers, não impedia a participação política de seus membros, mas rejeitava a atuação político-partidária. O gomperismo ou voluntarismo, como ficou conhecida a ideologia dominante da AFL, identificava luta sindical com luta salarial. No plano político, todavia, a Federação assumiu uma posição política conservadora, ao combater a constituição de um sindicalismo de massa, o avanço do movimento socialista e a criação de um partido de trabalhadores nos Estados Unidos – a despeito das iniciativas tomadas, nesta direção, pelo movimento operário e socialista no final do século XIX neste país (ASKOLDOVA, 1981; GUERIN, 1977).

A prática e as orientações do SMSP, e depois da Força Sindical, aproximam-no da AFL. A convergência entre o *tradeunionismo* de tipo norte-americano e o “sindicalismo de resultados” é procedente no campo ideológico, já que Samuel Gompers, primeira liderança da AFL, e, um século depois, Medeiros defendiam que a única função dos sindicatos seria vender ao patronato a mão de obra pelo preço mais alto possível. O pragmatismo do SMSP convergia, assim, com o voluntarismo da AFL. Defendidas pela AFL, as concepções sobre a parceria entre capital e trabalho, pragmatismo, apoliticismo e apartidarismo fundamentavam-se na teoria de J. R. Commons, para quem a contradição entre capital e trabalho era um aspecto secundário da sociedade capitalista (ASKOLDOVA, 1981). Commons via na rivalidade entre os próprios capitalistas ou entre os próprios operários (no caso da AFL, entre operários qualificados e não qualificados) o fator principal das contradições sociais. As lideranças da AFL encontraram naquela teoria a justificação científica para a concepção pragmática, neutra e voluntarista para o sindicalismo que praticavam e, na análise de Askoldova (1981), era a ideologia sindical mais próxima do liberalismo.

<sup>6</sup> No período de 1890-35, o número de greves de trabalhadores urbanos foi mais alto nos Estados Unidos do que na Inglaterra (HATTAM, 1993).

Forjada como alternativa no campo da direita, a corrente do “sindicalismo de resultados” encontrou no SMSP o terreno ideal para se disseminar. Vitoriosa nas eleições sindicais de 1987 e consagrada em 1990, aquela corrente conciliou com as idéias neoliberais que emergiram durante os debates da Constituinte<sup>7</sup>. Quando Collor chegou ao poder, ele encontrou – diferentemente do caso inglês – uma frente conservadora, enraizada na classe operária paulistana, ideologicamente pró-capitalista e atraída pelo discurso neoliberal de suas lideranças. Vejamos agora em que contexto e com que bases de apoio foi criada a Força Sindical.

Em setembro de 1988, logo após a atuação de Medeiros na Constituinte, surgiram na imprensa os primeiros rumores sobre seus projetos para o sindicalismo: criação de uma nova central ou transformação da CGT “em grande potência”? (MEDEIROS, 1988). No início de 1990, Medeiros foi reeleito para a presidência do SMSP com 80% dos votos no primeiro escrutínio, em um pleito histórico e arrasador. Ele não conseguiu reunificar a CGT, como manifestara em uma entrevista, nem conduzir todas as correntes de direita para o “sindicalismo de conquistas” – nova designação para o “sindicalismo de resultados”. Contudo, sob os auspícios do primeiro governo neoliberal do país, na condição de presidente da CNTM (o que lhe permitiu a criação de inúmeros sindicatos oficiais), com o apoio financeiro do empresariado e após a vitória esmagadora sobre a oposição metalúrgica em São Paulo, em 1990, Medeiros pôde compor uma frente conservadora e criar, meses depois, a Força Sindical.

Para se constituir como uma nova central, a Força Sindical contou com o patrocínio político dado por Collor, com recursos financeiros recebidos de vários empresários (GIANNOTTI, 2002, p. 158) e com o decisivo apoio da burocracia estatal, tanto para a sua composição – quando Medeiros presidiu a CNTM –, quanto nos meses que se seguiram à criação da central<sup>8</sup>. Além disso, duas correntes conservadoras dentro do campo sindical apoiaram a criação da central: o peleguismo – que engrossou suas fileiras – e o “sindicalismo de resultados” – que lhe deu, sob a égide do SMSP, a direção político-ideológica. Estas duas correntes, embora motivadas por interesses específicos, convergiram politicamente. Vejamos.

---

<sup>7</sup> Desde 1986, este modelo sindical tem sido dominante no SMSP. Nas eleições de 1987, em grande medida, a vitória de Medeiros deveu-se às disputas internas da CUT, bem como a fraudes nas eleições (MORAES, 1986). Mas, se houve disputa em 1987, doravante a hegemonia do “sindicalismo de resultados” no “maior sindicato da América Latina” tem sido inquestionável.

<sup>8</sup> Em seus primeiros meses de existência, a Força Sindical obteve permissão para criar 132 cartas para seus sindicatos, enquanto no mesmo período foram concedidas apenas treze para a CUT (GIANNOTTI, 1994). Em 1992, a Força Sindical recebeu do governo Collor a quantia de NC\$221.024.758,00; em 1997, R\$6.000.208,00; em 1998, R\$12.747.000,00; em 1999, R\$19.548.700,00; em 2000, R\$29.510.000,00 e em 2001 R\$48.731.044,00. Os dados foram levantados do Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (SIASI) (cedidos pela assessoria do então deputado Agnelo Queiróz PCDOB/DF).

O SMSP tinha alguns trunfos e credenciais para dirigir a frente conservadora que criou a Força Sindical. Além do poder financeiro do “maior sindicato da América Latina”, da expressão nacional de sua principal liderança e da proximidade com os governos, o SMSP contou com o importante triunfo sobre a CUT, na eleição de 1990. Com estas credenciais foi possível atrair e aglutinar uma massa de sindicatos pelegos – desde grandes sindicatos, com poder de influência na direção nacional, até os chamados “sindicatos de carimbo”<sup>9</sup>. Que interesses teria este campo pelego na Força Sindical?

A massa de sindicatos tradicionalmente conservadores e governistas foi atraída para a Força Sindical, de um lado, pela vitória do projeto conservador de Collor e pelo apoio político e financeiro dado por ele e, de outro, pela proteção contra as ameaças e as investidas da CUT sobre suas bases.

Menos convergente, contudo, foi o apoio dessa massa de sindicatos ao projeto neoliberal, defendido por um segmento de sindicalistas da central. Se para o SMSP e para o campo pelego, o apoio ao governo Collor e às propostas de “modernização” fazia parte das estratégias de combate à CUT – o que nos permite falar em conciliação com o primeiro governo neoliberal –, a adesão da central ao neoliberalismo não era um projeto predefinido e nem pronto e acabado. Se é correto afirmar que houve um impacto de aspectos da ideologia neoliberal entre os metalúrgicos paulistanos, tratou-se inicialmente de um apoio localizado e ainda “enrustido”.

Mas, após algumas importantes vitórias sobre a CUT<sup>10</sup> e o sucesso alcançado com os primeiros processos de privatização, pode-se afirmar que as lideranças da Força Sindical direcionaram o projeto da central rumo ao neoliberalismo. A ativa participação das lideranças no leilão de privatização da USIMINAS, a participação dos trabalhadores no Clube de Investimento e a Conquista do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – abrindo caminho para a privatização da empresa – tiveram um efeito surpreendente e amplificador, afinal, em Volta Redonda, a Força Sindical conseguiu sua primeira grande vitória sobre a CUT. Em suma, as privatizações da USIMINAS e da CSN acabaram evidenciando que o apoio popular ao neoliberalismo

---

<sup>9</sup> De tradicionais redutos do peleguismo vieram os presidentes do Sindicato dos empregados no comércio de São Paulo, Rubens Romano, e da Federação dos trabalhadores na alimentação do estado de São Paulo, Melquiades de Araújo. A central atraiu também algumas lideranças evadidas da CGT como Francisco Cardoso Filho, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos, Enilson Simões de Moura, presidente do sindicato dos empregados em centrais de abastecimento de São Paulo, e Arnaldo Gonçalves, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santos. Para arrematar o arco de alianças, um ex-militante da CUT, José Ibrahim também compôs a direção da central.

<sup>10</sup> Além do sindicato de Volta Redonda, a Força Sindical venceu as eleições para o Sindicato dos empregados no Comércio de Recife – um dos raros sindicatos deste setor, até então, filiados à CUT – e para o dos Aeroviários de São Paulo. Em 1993, a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo se filiou à Força Sindical.

não poderia ser desconsiderado. Doravante, a adesão da central ao neoliberalismo vai se consolidando até se tornar ativa e programática.

## **Força Sindical – perfil sócio-econômico e comportamento político**

Quando a Força Sindical foi criada em 1991, a maioria dos sindicatos que ela aglutinou tinha uma origem urbana, do setor privado, com predomínio de industriários (IBGE, 1991). A pesquisa, realizada por Rodrigues e Cardoso (1993) com os delegados que participaram do Congresso de Fundação, mostra que 96,5% deles representavam sindicatos de trabalhadores urbanos e apenas 3,5% de rurais. Do total de sindicatos de trabalhadores urbanos, apenas 2,7% eram do setor público, enquanto 97,3% deles vinham do setor privado. Do total de congressistas, 60,3% provinham do ramo industrial, 28,5% do ramo do comércio e de serviços, 2,9% do setor público, 3,5% do setor rural e 4,8% de outros setores. Dentre os sindicatos do ramo industrial, predominavam metalúrgicos e trabalhadores na indústria de alimentos que, juntos, perfaziam um terço do total.

A Força Sindical estava enraizada também em sindicatos dos estados das regiões sudeste e sul do país, especialmente do estado de São Paulo. A maioria destes sindicatos era de pequeno porte e do interior destes estados (61%). Outra característica importante levantada é que a Força Sindical fincara raízes em sindicatos “longevos”, ou seja, em sindicatos cujas lideranças tinham “mais tempo de atividade” e “maior vínculo com o sindicalismo”, comparativamente às lideranças da CUT. Ao levantar o tempo de militância e a idade dos delegados presentes no congresso de Fundação da central, conclui-se que: o tempo de militância da maioria ultrapassava sete anos e que 43% do total tinham mais de 40 anos. Além disso, metade dos sindicatos filiados tinha sido criada antes de 1968.

Em sua origem, a Força Sindical obteve, enfim, o apoio majoritário de sindicatos de pequeno porte, do setor privado, oriundos da indústria, vindos do interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, com pouca ou nenhuma capacidade de mobilização, sem tradição de filiação às demais centrais, mas considerável tempo de “militância” sindical.

Após uma década de existência, o perfil da Força Sindical pouco se modificou. Manteve-se uma central predominantemente urbana, representante de sindicatos industriais (45%), do comércio (25%), de tamanho médio e situados no sul e sudeste do País (IBGE, 2003). A Força Sindical fez algumas investidas, ao longo da década de 1990, sobre alguns sindicatos de trabalhadores rurais e de servidores públicos. Contudo, tais investidas não tiveram o êxito esperado. Antes disso, e por conta da

adesão da central à plataforma neoliberal, ocorreriam algumas dissidências – o que pode ser comprovado pela queda na porcentagem de sindicatos de funcionários públicos filiados: de 5,8% (1995) a porcentagem cai para 4,1% (1998), a despeito de a central ter crescido 90,1% no período em questão.

Apesar das dissidências e outros reveses, é inquestionável o crescimento da Força Sindical em sua primeira década de existência<sup>11</sup>. É, também, sintomático que tal crescimento tenha ocorrido durante a “era neoliberal” no País. Consolidada como uma central composta majoritariamente por sindicatos de trabalhadores do setor privado e industrial, cuja direção nacional também estava concentrada nestes setores, a Força Sindical atuará na conjuntura dos anos de 1990 mediada pelos interesses, aspirações, conflitos e orientações de sua base social. Por ser, em suma, fundamentalmente composta por sindicatos do setor privado industrial, a central encontrou representatividade quando a ideologia neoliberal – contra os privilégios do funcionalismo público – reverberou sobre sua base.

## A atuação da Força Sindical nos anos de 1990 – adesão ativa ao neoliberalismo

Em março de 1991, 1.793 delegados sindicais, representando 783 sindicatos e federações, reunidos no Memorial da América Latina, em São Paulo, aprovaram o estatuto e elegeram Medeiros o primeiro presidente da central. Os discursos de Medeiros foram divulgados na *Revista da Força* e procuraram demarcar a Força Sindical das demais centrais existentes: nem CUT, “central ligada a partido político”, nem CGT, “entidade apática e desvinculada dos reais interesses da classe trabalhadora”. A Força Sindical lançava-se como expressão “da modernidade” no movimento sindical. A marca que procurava veicular era a de uma central que aceitava o capitalismo, a economia de mercado e o predomínio da negociação sobre o sindicalismo de confronto. Pregava a maior eficácia do diálogo para a conquista dos benefícios, pois, como afirmava Medeiros, “a derrota não organiza os trabalhadores, o que organiza é a vitória e a vitória se conquista com o diálogo”<sup>12</sup>. Com este discurso conciliador, Medeiros buscava fortalecer o poder sindical da central, contando para isso com o apoio da burguesia e do governo. Tanto prestígio e publicidade tinham

---

<sup>11</sup> Em 1995, um grupo de sindicalistas, liderado por Enilson Simões, sai da Força Sindical e funda a central Social Democracia Sindical. Em 2002, a Federação dos Gráficos do estado de São Paulo se desfilia, retirando da base da Força Sindical cerca de 28 entidades sindicais.

<sup>12</sup> Dizia Medeiros: “[...] no sindicalismo queremos ser aquele que não faz greve contra, mas faz greve a favor de alguma coisa”. (PACTO..., 1991).

motivo: a Força Sindical armava-se para, no plano imediato, combater a CUT e apoiar a modernização da economia e das relações de trabalho no Brasil.

Com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicativo no plano econômico a uma atuação conservadora, no plano político e ideológico, a central construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira. Evidentemente, a Força Sindical não abriu mão dos recursos políticos advindos da estrutura sindical oficial, nem tampouco rechaçou o apoio de uma massa de sindicatos pelegos e de carimbo. Mas, a Força Sindical acrescentou ao governismo dominante em sua base o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, a inclusão de ações grevistas como forma de pressão na negociação salarial e de ações de massa pela adoção de medidas compensatórias contra o desemprego. A intensa mobilização da central em apoio às reivindicações de sua principal base, os metalúrgicos de São Paulo, as campanhas contra o desemprego, em favor dos interesses dos aposentados, pela recuperação das perdas no FGTS, entre outras, comprovam o que estamos afirmando (TRÓPIA, 2004). A participação da central na greve geral de 1996 e a realização de ações comuns com a CUT no final da década são exemplos do perfil reivindicativo da central. É certo, também, que nem todas as categorias da base da central tiveram da direção nacional o mesmo tratamento, nem demonstraram o mesmo ímpeto reivindicativo, mas alguns episódios pontuais mostram que a disposição para a negociação e a estratégia de mobilização são aspectos importantes para se entender o crescimento da central nos anos de 1990.

O ativismo no plano reivindicativo não minimiza, contudo, o fato da central ter uma atuação político-ideológica conservadora, ao defender a implantação da política neoliberal no País e difundir aspectos da ideologia neoliberal para os trabalhadores. Em nome da pretensa “modernização econômica”, o neoliberalismo tem restringido e suprimido direitos dos trabalhadores, agravando o tão precário sistema de proteção social conquistado por eles a partir da década de 1930. A política estatal neoliberal também contribuiu para concentrar a renda e desnacionalizar a economia, aumentando assim a subordinação dos Estados da periferia às economias centrais do imperialismo. Acentuou a formação de monopólios e a centralização em benefício do grande capital (CHESNAIS, 1996; AMIN, 2001). Ao difundir aspectos da ideologia neoliberal para as classes dominadas, a Força Sindical contribuiu para a ocultação da natureza anti-social, monopolista, imperialista, e, portanto, conservadora, da política estatal. É, pois, no mínimo intrigante que uma central reivindicativa apóie medidas conservadoras; porém, é isso que pretendemos demonstrar a seguir.

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo desenvolveu-se em duas frentes. A primeira foi de oposição à CUT e ao MST. Ao longo dos anos 90, a central fez propaganda e agitação contra a linha política da CUT e, no caso do MST, criou a

Força da Terra, um programa que, em parceria com o governo, procurou amortecer a luta popular pela reforma agrária. A segunda frente foi propositivamente neoliberal. A central engajou-se, ofensivamente, no processo de implantação da política estatal neoliberal, contribuindo, ao mesmo tempo, para a disseminação ideológica do neoliberalismo. Deixaremos de lado a primeira frente para indicar as principais ações que tornaram a Força Sindical uma força social ativa da política neoliberal no Brasil.

A central sustentou ativamente alguns eixos da política estatal neoliberal no Brasil. Mesmo não sendo, como veremos, um apoio incondicional e doutrinário, a central teve um papel decisivo nas privatizações, na desregulamentação das relações de trabalho no País e na redução de gastos sociais.

## A Força Sindical e as privatizações

Parte da plataforma neoliberal relativa às privatizações foi cumprida à risca por Collor em seu curto tempo de governo. A lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização, abriu caminho para o leilão das empresas estatais. A Força Sindical participou ativamente nos primeiros processos de privatização, em especial, da USIMINAS e da CSN, os quais, sem o apoio militante da central, teriam menor, ou sequer teriam, êxito.

A USIMINAS foi a primeira empresa estatal privatizada. No início de 1991, Collor oficializou a proposta de venda da estatal. O Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), na época filiado à CGT, veiculava os slogans “A USIMINAS é nossa” e “Diga não à privatização” em seus boletins e no jornal *Olho Vivo*<sup>13</sup>. Contudo, Luiz Carlos de Faria, então presidente do SINDIPA, era membro da executiva nacional da Força Sindical e havia se aliado à direção da USIMINAS e ao governo Collor. Inicialmente reticente, o sindicato acabou entrando de forma ativa na campanha pela privatização da empresa, justamente no momento em que cresciam as críticas, a mobilização e a “guerra jurídica” pela suspensão do leilão. Na ocasião, a estratégia utilizada foi desqualificar qualquer possibilidade de resistência e apresentar a privatização como um fato consumado. Outra estratégia foi tentar viabilizar a participação dos trabalhadores nos Clubes de Investimento – possível em função do aumento de 5% nos salários concedidos pela direção da USIMINAS – e ampliar de 10 para 20% nas ações reservadas aos trabalhadores.

---

<sup>13</sup> A CGT- Minas liderava uma ação popular contra a privatização da USIMINAS, cuja questão de fundo era o valor inicial do leilão, considerado irrisório e lesivo ao patrimônio público.

As mesmas estratégias utilizadas em Ipatinga foram utilizadas quando houve a privatização da CSN, embora, em função da resistência dos metalúrgicos de Volta Redonda, o embate tenha sido muito mais difícil. Graciolli (2007) analisou detalhadamente o processo de privatização desta siderúrgica e mostrou que a resistência operária e a da CUT foram quebradas após um longo e difícil processo de luta ideológica e repressão, liderado pela direção da estatal e com o apoio ativo da Força Sindical. A oposição metalúrgica à CUT, aglutinada por um grupo vinculado à Força Sindical, batizado de “Formigueiro”, iniciou um trabalho paralelo ao sindicato oficial. Esse grupo passou a negociar com a direção da empresa e a incentivar a realização de cursos e viagens de metalúrgicos à Ipatinga, com a expectativa de convencê-los sobre os supostos benefícios da privatização. Além das pressões, ameaças e demissões, salta aos olhos a estratégia de envolvimento dos trabalhadores na compra das ações, desta feita levada a cabo pelo Sindicato, a partir da vitória da chapa da Força Sindical, em 1992. A atuação do presidente do sindicato, Luiz de Oliveira Rodrigues (apud GRACIOLLI, 2007, p.311), foi tão consistente que um diretor da empresa afirmaria: “[...] os empregados da estatal estão sob o comando da Força Sindical e, por isso, não é motivo de grandes preocupações quanto a manifestações contrárias à privatização (sic)”.

Com a mesma determinação e utilizando-se das mesmas estratégias, as lideranças da Força Sindical engajaram-se nos processos de privatização da Cosipa<sup>14</sup> e da Açominas. No caso da privatização da Açominas, ocorrida em setembro de 1993, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, vinculado à Força Sindical, empenhou-se na promoção de uma proposta de privatização entre os trabalhadores. Seguindo a tendência das demais empresas estatais, quase 100% dos metalúrgicos teriam aprovado a privatização da siderúrgica.

Dentre todas as empresas privatizadas, uma, em especial, chamou nossa atenção. O leilão da Mafersa, realizado em 1995, mobilizou grande parte dos trabalhadores para uma greve de protesto chamada pela Força Sindical contra o adiamento do leilão da empresa. Esta paralisação é o único episódio de envolvimento ativo dos empregados pela privatização da própria empresa e é relevante para mostrar que a incorporação deles não ocorria apenas por coerção ou oportunismo, mas também por assimilação da ideologia neoliberal<sup>15</sup>. Diferentemente da maioria dos casos de

---

<sup>14</sup> Embora não houvesse consenso entre os trabalhadores da Cosipa, a Força Sindical jogaria um papel importante ao difundir que a privatização era irreversível e os trabalhadores poderiam se tornar sócios da empresa. Como sabemos, em agosto de 1993, a Cosipa foi privatizada.

<sup>15</sup> A incorporação dos trabalhadores na formação de Clubes de Investimentos foi uma estratégia recorrente nos processos de privatização no Brasil. Ela ocorreu nas seguintes empresas privatizadas: USIMINAS (9,6% das ações foram adquiridas pelos empregados), Celma (3%), Mafersa (9,5%), Piratini (9,5%), Petroflex (10%), Copesul (10%), CS Tubarão (8,8%), Fosfertil (10%), Goiafertil (10%), Acesita (12,4%), CSN (11,9%), Ultrafertil (10%), Cosipa – Siderúrgica Paulista (20%), Açominas (20%), PQU –

privatização em que os trabalhadores eram constrangidos pelas chefias a ingressar nos clubes de investimento – seja com ameaça de demissão, seja pela eficácia do “mito do trabalhador investidor” que muito ganharia ao participar da administração acionária das empresas –, no caso da Mafersa foram os próprios trabalhadores que tomaram a dianteira do processo, em 1991, quando buscaram o controle acionário da empresa, e em 1995, quando deflagraram uma greve pró-leilão.

No período 1995-1997, a política de privatização apresentou outros contornos e encontrou, dada a inflexão da CUT na gestão de Vicentinho, menor resistência. A questão mais polêmica foi a da quebra dos monopólios, aprovada pelo governo FHC, em agosto de 1995, pois, sem a aprovação da emenda, não teria sido possível colocar à venda as companhias de eletricidade e telefônicas. Como se posicionou a central diante desta nova ofensiva privatizante?

Em 1991, no I Congresso da Força Sindical, a discussão sobre o monopólio do petróleo e das telecomunicações já causara insatisfação a alguns sindicatos filiados, incomodados com a posição favorável da direção nacional. A estratégia inicial da direção era a conciliação em torno da proposta de “flexibilização” dos monopólios. Entretanto, em 1995, a conjuntura político-ideológica acirrou o debate interno e a central, que se opunha à greve dos petroleiros e apoiava as Reformas da Previdência e Administrativa, passou a defender, oficialmente, o fim dos monopólios estatais; o que ocasionou a desfiliação de alguns sindicatos, entre eles os sindicatos dos Telefônicos de São Paulo e dos Servidores Públicos de Osasco<sup>16</sup>. A partir de 1996, ao envolvimento direto da central nos leilões, acrescentou-se uma nova estratégia, desta feita muito mais ambiciosa. A Força Sindical propôs ao governo FHC a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na compra das ações das empresas privatizáveis, procurando assim popularizar a concepção do trabalhador investidor entre os brasileiros. Que conclusões tiramos da atuação da Força Sindical nestes processos citados?

O apoio da Força Sindical às privatizações foi consistente. De um lado, a Força Sindical enfrentou a CUT, tanto na disputa pela direção dos sindicatos quanto na luta ideológica ao fazer propaganda contra a linha defendida por ela. De outro, a central negociou junto às empresas e ao governo o montante de ações reservadas para os funcionários, incentivando-os a participar nos Clubes de Investimento. Para obter sucesso nesta dupla empreitada, a central soube explorar dois aspectos

---

Petroquisa (9,8%), Caraíba (20%), Embraer (10%), Escelsa (7,7%), Light (10%), Vale do Rio Doce (5%) (BIONDI, 1999).

<sup>16</sup> O sindicato dos servidores públicos de Osasco desfiliou-se em 1997 após um período de insatisfação com a orientação da Força Sindical. Segundo entrevista (realizada pela pesquisadora em Osasco, março de 1999) com um de seus diretores, houve um rompimento com a central “porque éramos chamados de sanguessugas”.

da ideologia neoliberal: o privatismo entre os trabalhadores das empresas públicas privatizáveis – fomentando a ideologia do “trabalhador investidor” – e a crítica ao padrão vigente de intervenção do Estado na economia entre os trabalhadores do setor privado – disseminando a concepção segundo a qual as estatais serviam de “cabide de emprego” para “apadrinhados” dos políticos profissionais e fonte de “privilegiados” para seus funcionários.

## **A Força Sindical e a desregulamentação das relações trabalhistas**

O segundo eixo da plataforma neoliberal defendido pela Força Sindical foi o da desregulamentação dos direitos trabalhistas. Nesta direção, a PLR, a flexibilização da CLT e dos contratos de trabalho, coerente com a proposta de livre negociação entre capital e trabalho, a Força Sindical priorizou a luta pela Participação nos Lucros e nos Resultados (PLR). Embora tenha sido regulamentada em 1994, desde 1991 sindicatos da base Força Sindical (comerciários de São Paulo, metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Paulo) vinham realizando acordos coletivos que instituíam, na prática, a PLR em algumas empresas. Defendida como uma forma de melhoria das condições salariais do trabalhador, esta forma de remuneração do trabalho pulveriza as negociações e favorece o avanço da remuneração variável, isto é, dependente do desempenho da empresa. Apesar de ter se constituído como uma das reivindicações principais nas campanhas salariais e nas greves do SMSP, supomos que a eficácia da PLR tenha sido reduzida face ao grau de dispersão das empresas metalúrgicas de São Paulo. A PLR, tanto quanto os contratos coletivos assinados pelo sindicato, certamente beneficiava os setores mais organizados, o que significa, na prática, as maiores empresas.

A direção nacional da central defendia a substituição da CLT por um “código de trabalho” (FORÇA SINDICAL, 1993). Sabendo, de antemão, que a defesa doutrinária das mudanças na CLT provocaria dissidências, a central optou, inicialmente, pela desregulamentação no varejo. Nas conjunturas em que ficou mais pressionada pelo aumento do desemprego, a central defendeu a implantação da desregulamentação na prática, ao “flexibilizar” a jornada de trabalho e o contrato de trabalho em empresas metalúrgicas de São Paulo. No início de 1992, em meio a uma onda de demissões em massa, o SMSP propôs a “jornada flexível” em troca da estabilidade no emprego. Pela proposta, durante seis meses, as empresas poderiam aumentar em até 20% a jornada, compensando-a em outro momento com redução de mesmo percentual. Em 1996, a central voltou à carga com nova proposta, desta vez acordada entre FIESP e SMSP, com o intuito de “legalizar” os contratos temporários. O “Contrato especial” de trabalho foi contestado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o que fomentou a ira

da central, que chegou a mobilizar alguma força em uma campanha pela extinção do Tribunal. “Não nos interessa que os juízes do Trabalho sejam contra o acordo. Não queremos discutir se o acordo é legal ou não... queremos sim que ele crie empregos”, afirmou Paulinho na época (SILVA, 1996a, p.2). A despeito da ilegalidade da medida, os metalúrgicos fecharam o acordo que incluía redução de encargos patronais com o FGTS (isenção da multa de 40%, aumento do depósito de 8 para 10% – passível de saque, caso o empregado fosse demitido); garantia de férias, 13º e abono de férias; “flexibilização” da jornada (entre 24 e 44 horas); e limite de contratação através deste “Contrato Especial” segundo o padrão das empresas<sup>17</sup>. Encaminhada ao governo, a proposta acabou tornando-se o embrião da Lei nº 9.601/98 que instituiu o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado<sup>18</sup>. Este contrato foi festejado pela Força Sindical e pelo governo como uma medida que geraria novos postos de trabalho. Em 1997, o SMSP assinou uma carta de intenções com a FIESP, que previa diminuição da jornada de trabalho de 44 para 30 horas e reduzia impostos. O inédito acordo coletivo de trabalho dependia, contudo, de regulamentação pelo governo. Como a proposta da central implicava em renúncia fiscal, da ordem de 37% no valor dos tributos, não houve aceitação pela parte do governo.

No final de 1998, o governo FHC instituiu, através da MP 1.726/98, a demissão temporária ou *lay-off*<sup>19</sup>. Este instrumento criava uma nova regulamentação para o momento da demissão, ao suspender o aviso prévio e adiar o pagamento dos encargos trabalhistas. A Força Sindical validou a demissão temporária, alegando que tal medida poderia melhorar a situação das empresas e minimizar a situação do trabalhador demitido temporariamente – já que ele poderia fazer cursos de qualificação e receber cesta básica durante o período. O governo, por sua vez, respondia à pressão dos empresários pela redução dos encargos trabalhistas.

---

<sup>17</sup> O primeiro acordo foi fechado entre o SMSP e a Metalúrgica Aliança em fevereiro de 1996. O “contrato especial” foi invalidado, posteriormente, pela Justiça do Trabalho. Foi, certamente, o fracasso da via ilegal que levou o governo a elaborar o projeto de lei que instituiria, dois anos depois, o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

<sup>18</sup> A lei 9.601/98 ampliou a abrangência do Contrato por prazo determinado para atividades permanentes e instituiu as seguintes modificações: reduziu a parcela do FGTS (25% do total), extinguiu o aviso prévio e a multa por rescisão contratual, diminuiu em 50% as contribuições patronais relativas a encargos e facilitou a aplicação do banco de horas. Lembremos que o art. 443 da CLT limitava esse tipo de contrato às atividades transitórias. Notemos também que, até então, o governo vinha realizando a “reforma trabalhista” por meio de Medidas Provisórias, como por exemplo, a MP 1.709/98 que instituiu a jornada parcial de trabalho com duração de 1 a 5 horas, com correspondente redução de salários. Esta última MP exigia apenas o acordo individual, sem a participação do sindicato.

<sup>19</sup> A MP 1.726/98 estabeleceu a suspensão do contrato de trabalho por prazo indeterminado segundo a vontade da empresa, adiando o momento da dispensa efetiva. O trabalhador, durante o período de suspensão, receberia o seguro desemprego e uma bolsa para participar de cursos de qualificação profissional. Além disso, este período de suspensão não contaria para efeitos de aposentadoria, FGTS, 13º. e férias.

Como política compensatória ao desemprego, o contrato de trabalho por tempo determinado e a *lay-off* foram um fracasso. A expectativa da central de geração de 20% de empregos na cidade de São Paulo não se concretizou, como mostram os índices recordes de desemprego na cidade de São Paulo: em maio de 1998, 19%, e em abril de 1999, 20% da PEA paulista. Estes contratos serviam, na realidade, aos interesses da burguesia, pois reduziria os encargos, legalizaria os contratos irregulares e estimularia a sub-contratação.

Porém a maior ofensiva da Força Sindical no sentido de desregular os direitos trabalhistas ocorreu em 2001, durante a aprovação do PL 5.483/01, de autoria do Executivo, que propunha a alteração da CLT<sup>20</sup>. Este projeto gerou protestos por parte de representantes da CUT, da CGT e do MST, pois procurava instituir a prevalência do negociado sobre o legislado. Possibilitava, também, a eliminação de vários direitos<sup>21</sup>.

Vulgarizada como uma proposta que “flexibiliza direitos” – termo que na luta ideológica não é inseqüente -, visava criar novas regulamentações, isto é, implementar um quadro legal que diminuísse a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados, ao mesmo tempo que diminuía as atividades de regulação do Estado, via JT. O que o governo pretendia era reduzir direitos e, assim, responder às metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1998, e às pressões da burguesia nacional.

A atuação da Força Sindical foi elucidativa neste episódio. Enquanto era debatida a inclusão do projeto em regime de urgência urgentíssima, o governo, por meio do Ministério do Trabalho, publicou anúncios em 54 jornais e fez inserções na TV e no rádio, contando para tanto com o apoio pessoal de Paulo Pereira da Silva (BORGES, 2002). Em março de 2002, dias antes da votação do projeto no Senado que acabou sendo suspensa, a central e o SMSP organizaram uma assembléia geral da categoria para aprovar os artigos da CLT que “queriam flexibilizar”. Os metalúrgicos aprovaram, na ocasião, alteração no pagamento do 13º salário, na licença paternidade, férias, e horário de almoço. Desta feita, a principal base da Força Sindical começava a cumprir um dos objetivos de seu livro-programa: substituir a CLT.

---

<sup>20</sup> Esse projeto, aprovado pela Câmara dos Deputados em 4 de dezembro de 2001, permitiria a flexibilização de todos os direitos trabalhistas mediante convenções (entre sindicatos patronais e de trabalhadores) ou acordos coletivos (entre sindicato e empresa) prévios. Por pressão de setores ligados à CUT, o projeto foi retirado do Senado em 2002. Se aprovado poderiam ser negociadas férias, horas extras, descanso semanal remunerado, redução de salários, adicional noturno, entre outros direitos.

<sup>21</sup> A Constituição estabelece o direito de férias, mas não define sua duração; estabelece que a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno, mas não define sua proporção; consagra o FGTS, porém não define o valor da contribuição, entre outras medidas. Sob pretexto de fortalecer os sindicatos nas negociações, o projeto visava, de fato, quebrar a CLT e liquidar a Justiça do Trabalho (JT), cuja função tem sido a de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas celetistas e constitucionais.

O governo FHC também contou com o apoio da Força Sindical nas discussões sobre a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa. Quando foram iniciados os debates em torno da Previdência, a central deu seu aval ao governo, na expectativa de acabar com as aposentadorias especiais do legislativo e judiciário. Já o núcleo duro da central (lideranças do SMSP) generalizava esta proposta para todos os servidores públicos. No início de 1996, quando a proposta do governo não foi aprovada pelo Congresso Nacional, a central criticou a CUT por “[...] defender sua casta de privilegiados, como a aposentadoria especial do professor universitário e demais servidores do setor público” (SILVA, 1996b, p.2). Quando, então, avançou a votação no Congresso, desmontando também a aposentadoria do setor privado (aumento do tempo de contribuição, fim da aposentadoria por idade, por tempo de serviço e das aposentadorias especiais do setor privado), a central reagiu. Em fevereiro de 1998 a central chegou a mobilizar os trabalhadores em manifestações contra o estabelecimento de idade mínima para se aposentar, mas apoiou a proposta final do governo de extinção de algumas aposentadorias especiais e da aposentadoria proporcional, bem como aceitou o novo critério que combinava tempo de contribuição e idade<sup>22</sup>.

Durante a tramitação da Reforma Administrativa, que durou de agosto de 1995 a julho de 1998, a central também defendeu o desmonte dos direitos dos funcionários públicos (particularmente a estabilidade no emprego). Não foi diferente a pressão da central quando o que esteve em jogo foi a aprovação, na segunda fase da Reforma da Previdência, da emenda que criou a contribuição previdenciária de 11% sobre os rendimentos dos servidores aposentados, em novembro de 1999.

## **A Força Sindical diante da redução dos gastos sociais**

A política neoliberal procura adequar os princípios doutrinários do liberalismo econômico às situações históricas concretas. Na impossibilidade de colocar em prática o pressuposto do Estado mínimo, ou seja, a ação estatal restrita à segurança pública e às externalidades (MORAES, 1994), a política neoliberal procura privatizar serviços sociais, tornando as atividades, até então públicas, aptas à acumulação e remuneração do capital. Outro recurso dos governos neoliberais é reduzir os gastos com políticas sociais.

---

<sup>22</sup> A EC nº 20/1998 alterou as regras da aposentadoria: transformou o tempo de serviço em tempo de contribuição, determinou o fim da aposentadoria proporcional e o fim das aposentadorias especiais, salvo para professores de Ensino Fundamental e Médio e trabalhadores expostos a condições de insalubridade.

A Força Sindical, em seu Congresso de Fundação, dedicou atenção às questões sociais e, inclusive, conclamou seus filiados a realizar uma “campanha de lutas visando conquistas sociais, como forma de enfrentar e diminuir as desigualdades existentes” (CONGRESSO.... 1991, p.3). Por sua vez, quando suas lideranças defendiam a redução da esfera de intervenção do Estado e, conseqüentemente, as privatizações, clamavam pela redefinição de sua função social, na medida em que, com o dinheiro arrecadado nos leilões, o Estado poderia investir mais em educação, saúde, emprego e renda. Mas este discurso é ambíguo.

Em seu livro-programa, afirma-se que, na área social, o Estado tem “criado um terreno fértil para o desperdício, a corrupção, o desvio dos benefícios da clientela-alvo, a má distribuição do gasto entre investimento e custeio (como na educação), a tecnificação excessiva e a utilização desproporcional de equipamentos” (FORÇA SINDICAL, 1993, p.69). Para solucionar estes problemas crônicos – corrupção e desperdício -, a gestão dos recursos públicos deveria ser modificada e adaptada aos critérios empresariais e de mercado. Desta forma, a central defende a descentralização das políticas sociais e a introdução de novas formas de gestão e de participação da sociedade civil: uma espécie de privatização “branca”. Se esta privatização não pode ser total, caberia tomar as seguintes iniciativas: 1) criar parcerias; 2) substituir o Estado por ONGs, sindicatos etc, na oferta dos serviços públicos, criando uma espécie de “serviços públicos não estatais” (FORÇA SINDICAL, 1993).

Se o discurso da Força Sindical é ambíguo, sua prática não deixa dúvidas quanto à defesa da privatização dos serviços sociais. Além de ter sido omissa na denúncia da redução de gastos, a central cresceu, em grande medida, ao assumir funções sociais relegadas pelo Estado com educação e saúde, especialmente. A Força Sindical negocia seguros de vida, seguros saúde e atua crescentemente na oferta e qualificação de mão-de-obra.

## **A Força Sindical e a política de abertura econômica**

Vimos até aqui que, para implantar o ‘neoliberalismo possível’, os governos Collor e FHC contaram com a adesão da Força Sindical. Esta adesão não é, contudo, incondicional. A central mostrou-se reticente com a implantação das políticas de abertura e de juros altos. Mas quando as conseqüências perversas do Plano Real recaíram sobre os trabalhadores de sua base, a Força Sindical rebelou-se contra ela.

Quando o governo Collor iniciou a abertura econômica, ele contou com concordância da central. No livro-programa da Força Sindical, tal política era

entendida como garantia da modernização econômica, em geral, e da modernização das relações de trabalho, em particular – condições fundamentais, supunham, para a inserção do País na economia mundial (FORÇA SINDICAL, 1993). Esta posição, diga-se logo formal, tornar-se-ia inviável nos anos seguintes. Em 1994, na véspera do Plano Real, “[...] o governo liberou por decreto a importação de milhares de produtos, levando a abertura gradativa do mercado interno, começada por Collor, a um novo patamar” (SINGER, 1999, p.31). A radicalização da abertura inundou o País de produtos importados, em particular os asiáticos, liberados de tarifas e barateados pelo valor rebaixado do dólar em reais. Quando o governo FHC elevou os juros e cortou o crédito, procurando estancar uma fuga de capitais em meados de 1995, empresas começaram a fechar. As políticas de abertura e de juros altos refletiram negativamente sobre a principal base da central. Medeiros e Paulinho passaram a questionar “a maneira arrasadora” com que se implantou tal política. Os metalúrgicos, que se ressentiam com a redução de 26% no número de estabelecimentos nos anos 1980, foram especialmente afetados com a abertura. Como as pequenas e médias empresas foram as mais prejudicadas pela concorrência com os produtos importados, o SMSP saiu em defesa de um modelo de abertura gradual e restritiva.

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo foi, portanto, seletivo. Enquanto os feixes da política neoliberal incidiram sobre o setor público e apenas, indiretamente, sobre o setor privado, a central aceitou-a. Todavia, quando as conseqüências afetaram sua principal base, a central reagiu ora com moderação – apresentando propostas compensatórias (qualificação profissional, contrato temporário e jornada flexível) e paliativas (PLR) -, ora com protestos, mobilizando sua base operária por meio de paralisações e ações grevistas, atuando na greve geral de 1996 e em algumas frentes pela implantação de políticas de emprego, ao lado da CUT.

## Considerações finais

Nosso objetivo neste artigo foi analisar a origem, as raízes sociais e a atuação da Força Sindical frente às políticas neoliberais implementadas nos anos de 1990. Evidenciamos, inicialmente, como ocorreu o processo de convergência entre uma frente conservadora criada no sindicalismo brasileiro nos anos de 1990 e o primeiro governo neoliberal no Brasil. Dirigida pelo SMSP, essa frente – criada para fazer oposição à CUT defender os interesses das duas correntes que a compuseram (peleguismo e “sindicalismo de resultados”) – convergiu para o neoliberalismo, primeiro ao conciliar e, depois, ao aderir à política de privatização, de desregulamentação das relações de trabalho e de redução de gastos sociais.

Consolidada como uma central composta majoritariamente por sindicatos de trabalhadores do setor privado e industrial, a Força Sindical atuará na conjuntura dos anos de 1990 mediada pelos interesses de sua base social. Por se constituir por sindicatos do setor privado industrial, a central encontrou representatividade para o modelo de sindicalismo “de resultados” praticado e defendido por suas lideranças.

A Força Sindical engajou-se, de forma ofensiva e interessada, no processo de implantação da política estatal neoliberal, tornando-se uma força social ativa de apoio aos governos neoliberais, selando, assim, um quadro de dominação ideológica burguesa no seio de um importante setor da classe operária brasileira.

### ***THE BRAZILIAN SYNDICALISM IN DISPUTE DURING THE 1990's: ORIGINS, SOCIAL ROOTS AND ACTIVE JOINING FROM THE SYNDICALIST FORCE TO NEOLIBERALISM***

**ABSTRACT:** *This article analyzes the origins, the social roots and the active joining from the Syndicalist Force to Neoliberalism. The Syndicalist Force was born from the confluence of two Right-wing politics which act inside the Syndicalism: the traditional “peleguismo” (slang) and the “results syndicalism”. These two Right-wing politics got united when the first Neoliberal government reached the power in Brazil in the beginning of the 1990's, founding, therefore, the Syndicalist Force. The Syndicalist Force, as a representative of the private industrial sector, mostly, has found an echo for the Neoliberal proposals and also for some aspects of the Neoliberal ideology, mostly the diffuse critics to the public employment rights. The central supported actively the privatization politics, the non-ruling of the working relationships and the cut of social expenses, building itself as an active social force of the Neoliberal governments from the 90's.*

**KEYWORDS:** *Neoliberalism. Syndicalist force. Syndicalism.*

## **REFERÊNCIAS**

AMIN, S. Capitalismo, imperialismo e mundialização. In: SEONE, J.; TADDEI, E. (Org.). **Resistências mundiais:** de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p.15-36.

ASKOLDOVA, S. **Le trade-unionisme américain:** formation d'une idéologie: fin du XIXème siècle. Moscou: Editions du Progrés, 1981.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999

BOITO JUNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BORGES, A. A guerra da CLT. **Debate Sindical**, São Paulo, v.15, n.41, p.4-6, dez. a fev. 2002.

CHESSNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CONGRESSO Nacional de Fundação. **Força Sindical**, São Paulo, ano 1, n.1, p.3, jun. 1991.

COSTA NETO, C. R. O que é movimento de Renovação Sindical. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.32, p.59-87, nov./dez. 1960.

CRESCEMOS em todo o país. **Força Sindical**, São Paulo, n.3, p.6, out. de 2001.

DUARTE, O. **Os mercadores de ilusões: análise crítica do sindicalismo de resultado.** São Paulo: Brasil Debates, 1988.

FORÇA SINDICAL. **Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical.** São Paulo: Geração Editorial, 1993.

GIANNOTTI, V. **Força Sindical: a central neoliberal: de Medeiros a Paulinho.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. **Medeiros visto de perto.** São Paulo: Brasil Urgente, 1994.

GRACIOLLI, E. J. **Privatização da CSN: da luta de classes à parceria.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUÉRIN, D. **Le mouvement ouvrier aux États-Unis de 1866 à nos jours.** Paris: François Maspero, 1977.

HATTAM, V. C. **Labour visions and state power: the origins of business unionism in the United States.** New Jersey: Princeton University Press, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Sindicato: indicadores sociais, 2001.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sindicato. indicadores sociais.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1991.

MARTINS, H. H. T. de S. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, L. A. de. Serei o grande interlocutor do País. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 set. 1988.

MORAES, R. C. de. **Pacto social**: da negociação ao pacote. São Paulo: L&PM, 1986.

\_\_\_\_\_. Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, v.4, n.6, p.6-11, jul. 1994.

NORONHA, E. A explosão das greves nos anos 80. In: BOITO JUNIOR, A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p.93-136.

PACTO social é a única saída, **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 ago. 1991.

PICCOLO, M. J. Situação vence duas chapas da CUT no sindicato de São Paulo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.8, 29 de jun. de 1987.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS [RAIS]. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. **Força sindical**: uma análise sócio-política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SANDOVAL, S. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, P. P. Tá mais do que na hora de mudar as leis. **O Metalúrgico**, São Paulo, n.415, p.2, fev. 1996a.

\_\_\_\_\_. Um ano de intensos trabalhos. **O Metalúrgico**, São Paulo, n.416, p.2, mar. 1996b.

SINGER, P. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. p.25-44.

TRÓPIA, P. V. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical**. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004.

Recebido em agosto de 2008

Aprovado em agosto de 2008